



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

# 16ª Reunião Ordinária Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

**24 de setembro de 2007**

**BRASÍLIA-DF  
2007**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-  
SEPPIR  
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR

1  
2

3 ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
4 CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR  
5

6 **ITEM 1 - ABERTURA** – Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois  
7 mil e sete, no Auditório do Bloco A, Subsolo, Esplanada dos Ministérios,  
8 Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 16ª Reunião Ordinária do Conselho  
9 Nacional de Promoção da Igualdade Racial-CNPIR, com a presença dos  
10 seguintes Conselheiros representantes de entidades da Sociedade Civil:  
11 **Oliveira Silveira** – Notório Reconhecimento nas Relações Raciais; **Flávio**  
12 **Jorge Rodrigues da Silva** – Coordenação Nacional de Entidades Negras -  
13 CONEN, titular; **Edson Luiz de França** – União de Negros pela Igualdade -  
14 UNEGRO, titular; **João Bosco de Oliveira Borba** – Associação Nacional dos  
15 Coletivos de Empresários Afro – Brasileiros – ANCEABRA, titular; **Eduardo**  
16 **Ferreira de Oliveira** - Congresso Nacional Afro-Brasileiro - CNAB, titular;  
17 **Kabengele Munanga**, Notório Reconhecimento nas Relações Raciais;  
18 **Jurandyr Azevedo Araújo**– Pastoral Afro-Brasileira da Conferência Nacional  
19 dos Bispos do Brasil-CNBB, titular; **Rodrigo Vinicius Soares Cardoso** -  
20 Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI, suplente; **Carlos**  
21 **Alves Moura** – Pastoral Afro- Brasileira da Conferência Nacional dos Bispos do  
22 Brasil - CNBB, suplente; **Ernesto Luiz Pereira Filho** - Congresso Nacional  
23 Afro-Brasileiro – CNAB, suplente; **Ronald Siqueira Barbosa** - Associação  
24 Brasileira de Rádio e Televisão – ABERT; titular; **Jacinta Maria Santos** -  
25 Agentes de Pastorais Negros – APN's, suplente; **Vera Soares** – Conselho de  
26 Yalorixás e Ekeds, suplente. Também participaram da reunião os seguintes  
27 representantes governamentais: **Simione Silva** – Ministério da Saúde; **João**  
28 **Alberto Lima** - Ministério do Esporte; **Terezinha Maglia** - Ministério da  
29 Justiça; **Renata Leite** - Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Virgínia**  
30 **Ferreira da Silva** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome;  
31 **João Alberto Lima** – Ministério do Esporte; **Andréia Ingrid Micheli do**  
32 **Nascimento** - Ministério da Ciência e Tecnologia; **Jorge Luiz Quadros** –  
33 Ministério da Justiça e jornalistas/convidados: **Jeanice Dias Ramos** –SINDJO  
34 – RS; **Sionei Ricardo Leão** – COJIRA-DF; **Valdice Gomes da Silva** – COJIRA -  
35 Alagoas; **Maria Auxiliadora Lopes** - Ministério da Educação; **Maila Romano** –  
36 Ministério da Integração; **Danielle Cancela Cronemberger** – Ministério do  
37 Planejamento Orçamento e Gestão; **Gilmara Lúcia dos Santos** – Ministério da  
38 Saúde; **Ethel Proença Braga** – Ministério das Cidades; **Rosa Maria Nader** –  
39 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - PR; **Cláudia Calório** –  
40 Ministério do Meio Ambiente; **Camilo C. de Souza** – Ministério do Meio  
41 Ambiente; **Carlos Eduardo Trindade Santos** – Subsecretário de Planejamento  
42 – Seppir; **João Batista Amorim Lima** – Seppir; **Denise Antônia de Paula**  
43 **Pacheco** - Seppir; **Regina de Oliveira Silva** - Seppir; **Martvs das Chagas** –  
44 Secretário Adjunto e Ministra **Matilde Ribeiro** – Secretaria Especial de

45 Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Presidenta do Conselho Nacional  
46 de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR. A Secretaria-Executiva do CNPIR,  
47 **Oraida Abreu**, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando a todos os  
48 presentes e destacou que o objetivo da reunião era concluir as atividades da  
49 atual gestão do CNPIR. Na seqüência, apresentou a pauta, que foi aprovada  
50 pelos presentes. Antes de iniciar a discussão dos itens, informou o Pleno sobre  
51 as seguintes atividades: Audiência do Ministério Público Federal com órgãos  
52 ligados às questões quilombolas, no auditório Nereu Ramos na Câmara dos  
53 Deputados, dia 24 de setembro, às 14h; e Ato em defesa dos direitos  
54 quilombolas, promovido pela Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade  
55 Racial e pela Frente Quilombola, apoiado pela CONAQ, dia 25 de setembro, no  
56 Plenário II da Câmara dos Deputados, às 9h da manhã. Em seguida, passou  
57 ao primeiro ponto da pauta. **ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO**  
58 **ORDINÁRIA – a Ata da 15ª Reunião Ordinária do CNPIR foi colocada em**  
59 **apreciação e aprovada, com a consideração do Conselheiro Oliveira**  
60 **Silveira.** A seguir, a Secretaria-Executiva do CNPIR convidou a assistente  
61 técnica, **Regina Oliveira** e **Denise Pacheco**, gerente de projetos/SEPPIR,  
62 para apresentação de informes. **ITEM 2 – INFORMES GERAIS - Informes do**  
63 **Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR)** , a  
64 assistente técnica, **Regina Oliveira**, discorreu sobre as próximas atividades do  
65 FIPIR, que passarão a acontecer de forma integrada com a agenda do  
66 CNPIR, para maior dinamismo e afirmação das políticas de promoção da  
67 igualdade racial; informou também que nos dias 26 e 27 setembro, seria  
68 realizada reunião do Fórum, direcionada aos coordenadores regionais, com a  
69 seguinte pauta prevista: visita a Frente Parlamentar de Igualdade Racial na  
70 Câmara dos Deputados; **Plano de Trabalho Doméstico Cidadão/MTE-**  
71 **SEPPIR** – A gerente de projetos/SEPPIR, **Denise Pacheco**, apresentou, para  
72 conhecimento do Pleno, o Plano Trabalho Doméstico Cidadão, projeto  
73 desenvolvido em parceria com o Ministério do trabalho e Emprego, /MTE-  
74 SEPPIR. Explicou que a partir da demanda da Federação Nacional dos  
75 Trabalhadores Domésticos – FENATRAD, foi iniciado debate sobre a situação  
76 da categoria e observou-se que ia além da discussão do mercado de trabalho,  
77 chegando à ausência de direitos. Dessa forma, as várias discussões entre  
78 SEPPIR, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Trabalho,  
79 Ministério da Educação e as trabalhadoras resultou em um programa  
80 executado pelo Ministério do Trabalho, com coordenação e articulação da  
81 SEPPIR e da Secretaria das Mulheres. Feitas essas considerações iniciais,  
82 passou à apresentação. Explicou que o Trabalho Doméstico Cidadão  
83 fundamentava-se na educação popular e no trabalho como princípio educativo.  
84 Salientou que o trabalho doméstico assalariado consistia em uma profissão,  
85 por mais que os preconceitos e a discriminação afirmassem o contrário,  
86 portanto, precisava ser aprendido, o que implicava na qualificação profissional.  
87 Dessa forma, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ foi o espaço escolhido  
88 para sediar as ações no âmbito do trabalho doméstico. Disse que o PNQ era  
89 financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e gerido  
90 pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE. Explicou que o  
91 Trabalho Doméstico Cidadão era uma ação governamental em diversas  
92 frentes, com o objetivo de valorizar o trabalho e os trabalhadores domésticos,  
93 rumo a uma política de Estado para este importante setor da sociedade  
94 brasileira. Detalhou que o Plano possui três subprojetos, com os seguintes

95 objetivos: Qualificação social e profissional integrada com elevação de  
96 escolaridade - pretende atacar o problema da baixa escolaridade e da  
97 qualificação profissional; Qualificação social – formação para auto-organização  
98 – pretende contribuir para que as próprias trabalhadoras continuem seu  
99 processo de luta; e Intervenção em políticas públicas – contempla a elaboração  
100 de campanhas voltadas para a sociedade em relação a questões do trabalho  
101 doméstico. Também falou do quadro do trabalho doméstico no Brasil,  
102 explicando que o País possuía cerca de 6 milhões de trabalhadores domésticos  
103 assalariados, sendo 95% mulheres. Entre estas, 76% recebiam até um salário  
104 mínimo. Outra característica importante é que 57,4% dessas trabalhadoras  
105 eram mulheres negras e pardas. Apenas 23% dos trabalhadores domésticos  
106 possuíam carteira assinada e 57,9% tinham até o ensino fundamental  
107 incompleto. A seguir, apresentou os Estados e as Cidades onde seria  
108 implantado o Programa (total de 2.250 vagas), com possibilidade de ampliação  
109 em 2008 e 2009: Minas Gerais; Santa Catarina; Pará; Espírito Santo; Bahia,  
110 Sergipe; Pernambuco; Rondônia; Maranhão; Rio de Janeiro e São Paulo. Por  
111 fim, manifestou a intenção de realizar, em novembro de 2007, solenidade de  
112 formatura das turmas que concluíram o curso. Concluída a apresentação, foi  
113 aberta a palavra para considerações do Pleno. O Senhor **João Alberto Lima**  
114 manifestou o interesse, em nome do Ministério do Esporte, de inserir-se no  
115 Programa, considerando o lazer um direito constitucional. Também comunicou  
116 o Pleno da realização da segunda reunião dos agentes e gestores do  
117 Programa Esporte Lazer da Cidade, a realizar-se de 7 a 9 de novembro, com a  
118 participação da SEPPIR, Ministério das Cidades, Ministério da Integração  
119 Nacional e Ministério do Esporte, para discutir a intersetorialidade. Antes de  
120 passar ao próximo inscrito, a Secretaria-Executiva do CNPIR anunciou a  
121 presença do coordenador de logística da SEPPIR, Edvaldo José Mariano; e da  
122 Vice-Presidente do Sindicato dos Jornalistas de ALAGOAS, Valdice Gomes,  
123 integrante de comissão de jornalistas pela igualdade racial. Conselheira  
124 **Simeone Silva** sugeriu reunião com o Ministério da Saúde na perspectiva de  
125 definir projeto conjunto nos Estados onde seria implantado o Programa.  
126 Conselheira **Jacinta Maria** registrou a sua satisfação por ter participado como  
127 educadora do Programa, no Maranhão, e fez a leitura de depoimentos de  
128 algumas participantes, manifestando a importância do programa. A gerente de  
129 projetos/SEPPIR, **Denise Pacheco**, manifestou satisfação com a proposta de  
130 articulação com outros Ministérios. Disse que, a partir da segunda quinzena de  
131 outubro, seriam realizados seminários para sensibilização dos gestores em  
132 relação ao Programa, mas representantes da Sociedade Civil poderiam  
133 participar dessas atividades. Enfatizou ainda que o Programa era resultado da  
134 pauta de reivindicação da categoria dos trabalhadores domésticos, entregue ao  
135 Governo Federal. Por fim, agradeceu a oportunidade de apresentar o Programa  
136 ao CNPIR. Concluído esse ponto, a Secretaria-Executiva do CNPIR, **Oraida**  
137 **Abreu**, convidou a coordenadora de projetos, **Rosa Maria Nader**, para  
138 apresentação de informe sobre o **Observatório da Eqüidade – Conselho de**  
139 **Desenvolvimento Econômico Social – CDES**, a senhora Rosa Maria ,  
140 primeiro, agradeceu a oportunidade e informou que o Conselho de  
141 Desenvolvimento Econômico Social é um Conselho consultivo da Presidência  
142 da República, composto por noventa pessoas (representantes de diversos  
143 segmentos da sociedade). Explicou que o Conselho, criado no início do  
144 primeiro governo do Presidente Lula, trabalhou durante um ano e meio

145 intensivamente, com a participação dos Conselheiros, na formulação de uma  
146 agenda para o desenvolvimento do Brasil. Desse modo, o CDES estava  
147 formando uma rede de diálogo sobre o processo de desenvolvimento do País e  
148 a promoção da eqüidade como critério de análise e proposição de políticas  
149 públicas. Disse que a temática do desenvolvimento com eqüidade, priorizada  
150 pelo Conselho, impulsionou a criação do Observatório da Equidade, ferramenta  
151 de observação e produção de conhecimento sobre o País. Explicou que o  
152 Observatório reconhecia os Conselhos setoriais nacionais como atores sociais  
153 fundamentais para potencializar o debate e aplicar conceitos que orientassem  
154 as discussões sobre os rumos do desenvolvimento e os compromissos a serem  
155 assumidos pelo Governo Federal e os distintos atores sociais. Nesse sentido,  
156 falou da proposta do Observatório do CDES de promover encontro de  
157 Conselhos Nacionais para iniciar debate sobre desenvolvimento e eqüidade e  
158 lançar sementes para construção de parcerias visando a observação do  
159 desenvolvimento brasileiro. Disse que a atividade direcionava-se aos  
160 Conselhos Nacionais (quatro convidados de cada um – três representantes dos  
161 Conselhos e a secretaria ou o secretário-executivo) e, dessa forma, convidou o  
162 CNPIR a participar do primeiro encontro na data prevista de 23 de novembro  
163 de 2007. Concluída a apresentação, o Secretário-Adjunto da SEPPIR, **Martvs**  
164 das Chagas, assumiu a coordenação dos trabalhos e abriu a palavra para  
165 considerações dos Conselheiros. Conselheira Terezinha Maglia informou que  
166 a Comissão Nacional de Política Indigenista possivelmente seria transformada  
167 no Conselho Nacional de Política Indigenista. Desse modo, perguntou sobre a  
168 possibilidade de participação dessa Comissão ou do Conselho, caso fosse  
169 constituído a tempo, no encontro de Conselhos Nacionais. A senhora, **Rosa**  
170 **Maria Nader**, informou que verificaria a possibilidade de participação da  
171 Comissão, uma vez que não havia Conselho legalmente constituído na área  
172 indígena e comunicaria à Conselheira Terezinha. Conselheiro **Flávio Jorge**  
173 perguntou ao Secretário como se daria a indicação dos representantes do  
174 CNPIR para participar do encontro. O Secretário-Adjunto da SEPPIR, **Martvs**  
175 **das Chagas**, disse que os Conselheiros poderiam sugerir à Secretaria  
176 metodologia para indicação dos nomes. A coordenadora de projetos, **Rosa**  
177 **Maria Nader**, explicou que a intenção era reunir no encontro cerca de cem  
178 pessoas, por essa razão, foi sugerida a indicação de quatro nomes de cada  
179 Conselho. Registrhou ainda que distribuiu material com informações sobre o  
180 Observatório da Eqüidade e o Encontro de Conselhos Setoriais Nacionais.  
181 Finalizando, o Secretário-Adjunto da SEPPIR agradeceu a coordenadora Rosa  
182 Maria e registrou a presença de Janice Ramos, Coordenadora do Núcleo de  
183 Jornalistas Afro-brasileiros e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio  
184 Grande do Sul. Em seguida, abriu a palavra ao Conselheiro **Oliveira Silveira**,  
185 que informou a sua participação no XIII Congresso Brasileiro de Folclore,  
186 realizado de 19 a 22 de setembro, em Fortaleza/CE. O Conselheiro destacou  
187 que o Congresso, além de curso de atualização para professores, teve várias  
188 palestras e discussões em grupos de trabalhos sobre a vinculação do folclore  
189 com a educação. Comunicou que, junto com a diretora de Patrimônio da  
190 Fundação Palmares, Maria Bernadete Lopes da Silva, participou da palestra  
191 sobre o tema “Quilombolas, educação e inclusão na escola”. Ressaltou ainda  
192 que a atividade contou com a participação do Secretário da Diversidade/MinC,  
193 **Sérgio Mamberti**, que tratou das políticas públicas para as culturas populares.  
194 Feito esse informe, foi iniciada a discussão do item 3 da pauta. **ITEM 3 –**

195 **APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA SEPPIR** – A mesa foi composta  
196 por: Ministra **Matilde Ribeiro**, Presidenta do CNPIR e **Carlos Eduardo**  
197 **Trindade**, Subsecretário de Planejamento. Inicialmente, a Ministra **Matilde**  
198 **Ribeiro** saudou os Conselheiros e informou que a reunião tinha por objetivo  
199 fechar o ciclo de debates da primeira gestão do CNPIR, uma vez que haveria  
200 renovação do Conselho. Desse modo, fez um agradecimento público aos  
201 Conselheiros, pelo tempo de trabalho juntos e conclamou a todos, mesmo os  
202 que não permaneceriam no Conselho, para continuar a contribuir com o  
203 CNPIR. Feitas essas considerações, passou a palavra ao Subsecretário de  
204 Planejamento, **Carlos Eduardo Trindade**, para apresentação da proposta de  
205 planejamento da SEPPIR para 2008-2011. O Subsecretário disse que o  
206 Planejamento da Secretaria foi definido a partir de uma série de subsídios  
207 (Relatório Final da I CONAPIR; relatório de planejamento; Plano Nacional de  
208 Igualdade Racial; relatório da primeira gestão; entre outros) e considerou  
209 várias agendas previstas para o próximo ano, de extrema relevância para a  
210 população negra (120 anos da abolição, Congresso Nacional de Negros e  
211 Negras, II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial II  
212 CONAPIR, Conferência das Américas, entre outras). Apresentou a atual  
213 estrutura da SEPPIR, que sofreu alterações, passando a ser composta por: 1)  
214 Gabinete; 2) Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR –  
215 órgão colegiado; 3) Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas  
216 - SubPlan; 4) Subsecretaria para Comunidades Tradicionais – SubCom e 5)  
217 Subsecretaria de Ações Afirmativas - SubAA. Detalhou que a estrutura do  
218 Gabinete sofreu alterações no sentido de especificar tarefas diluídas na  
219 estrutura da SEPPIR, passando a ser composto por: Secretaria-Adjunta;  
220 Assessoria de Comunicação; Assessoria de Projetos Especiais; Assessoria  
221 Internacional; Assessoria Parlamentar; Ouvidoria; Fórum Intergovernamental  
222 de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR; Chefia de Gabinete; e Coordenação  
223 da Agenda. Explicou que as assessorias atendiam a Senhora Ministra e a  
224 Secretaria-Adjunta nas tarefas mais estratégicas do ponto de vista da gestão  
225 política da SEPPIR. Ressaltou que a Assessoria de Comunicação também  
226 passou por mudança. Ressaltou que além dessa estrutura, o Gabinete era  
227 responsável pela Coordenação da Agenda da Ministra da SEPPIR, no sentido  
228 de priorizar as atividades mais estratégicas para fortalecimento da Política de  
229 Igualdade Racial. Ressaltou que a Secretaria-Executiva do CNPIR seria  
230 fortalecida na próxima gestão, no sentido de fazer com que o Conselho  
231 trabalhasse em paralelo com a direção da SEPPIR. Disse ainda que foi  
232 mantida a estrutura básica na Subsecretaria de Planejamento, na  
233 Subsecretaria de Comunidades Tradicionais e na Secretaria de Ação  
234 Afirmativa. Continuando, apresentou os eixos de atuação da SEPPIR, sendo:  
235 trabalho de planejamento e formulação de políticas; gestão orçamentária e  
236 financeira; e gestão administrativa. Ressaltou ainda que na SubPlan seria  
237 trabalhado o núcleo de informação e pesquisas, o aprimoramento da parte da  
238 gestão administrativa, da logística e do patrimônio. Enfatizou que, para a  
239 próxima gestão, foram destinados R\$ 25 milhões, além do recurso do governo  
240 federal para a Política de Igualdade Racial. Destacou, por exemplo, que a  
241 Agenda Social Quilombola, trabalhava com mais de R\$ 1 bilhão. Ressaltou que  
242 as demais instâncias da SEPPIR - Gabinete, SubCom e SubAA – trabalhavam  
243 com nove eixos: 1) saúde, qualidade de vida, segurança alimentar e nutricional;  
244 2) educação, cultura e diversidade; 3) desenvolvimento, trabalho e renda; 4)

245 acesso à terra; 5) habitabilidade e infra-estrutura; 6) democracia, cidadania,  
246 participação social e direitos humanos; 7) segurança pública e mediação de  
247 conflitos; 8) informação, pesquisas e diagnósticos; e 9) relações internacionais.  
248 Ressaltou que a partir da análise de conjuntura, foram definidos **cinco eixos**  
249 **prioritários a serem desenvolvidos pela SEPPIR: educação, trabalho e**  
250 **renda, acesso à terra, segurança pública e saúde.** Ressaltou que a ênfase  
251 do trabalho da SEPPIR, conforme preconizado em Lei, é com a população  
252 negra, caracterizada pelos segmentos: comunidades quilombolas (prioritário);  
253 mulheres negras; juventude; comunidades de terreiro; liderança de entidades  
254 negras nacionais e local, urbanas e rurais; grupos culturais; GLBTT; ONGs;  
255 capoeiristas; e grupos negros. Além disso, destacou que seriam contemplados  
256 outros grupos étnicos discriminados, a exemplo dos povos indígenas, os  
257 ciganos, os judeus, árabes e palestinos. Também falou da lógica de elaboração  
258 do planejamento da SEPPIR para 2008-2011. Destacou que no Planejamento  
259 Plurianual - PPA 2008/2011 o Governo elencou dez objetivos setoriais e a  
260 SEPPIR destacou dois que dialogavam diretamente com a Política de  
261 Igualdade Racial, sendo eles: promover a inclusão social e a redução das  
262 desigualdades e Programa Brasil Quilombola. Detalhou, na seqüência, as  
263 atividades e os Projetos Especiais relativos ao objetivo setorial "Programa de  
264 Políticas Afirmativas para Igualdade Racial". No Eixo 1 "Saúde, qualidade de  
265 vida e segurança alimentar e nutricional", ação no PPA "Apoio a iniciativas de  
266 promoção da igualdade racial" (responsável: SEPPIR), estavam previstas as  
267 seguintes atividades e Projetos Especiais: articular a expansão do acesso à  
268 saúde para a população negra; promover o desenvolvimento social para a  
269 população negra, comunidades de terreiros e ciganas e povos indígenas. No  
270 Eixo 2 "Educação", ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade  
271 racial" (Responsável: SEPPIR), as atividades e os Projetos Especiais previstos  
272 eram: ampliar o acesso da população negra ao sistema educacional; articular a  
273 implementação da Lei 10.639/03; articular o fortalecimento do Sistema  
274 Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase; e articular a ampliação da  
275 alfabetização de adultos em comunidades de terreiros, ciganos e povos  
276 indígenas. No eixo 3 "Cultura e" Diversidade, Ação no PPA "Apoio a iniciativas  
277 de promoção da igualdade racial" (Responsável: SEPPIR), constavam como  
278 atividades e Projetos Especiais: apoiar e estimular, em parceria com outros  
279 órgãos, ações de reconhecimento, registro e tombamento de bens materiais e  
280 imateriais da população negra, povos indígenas e comunidades ciganas;  
281 apoiar a implementação de políticas públicas para as comunidades de terreiros;  
282 e desenvolvimento de Projetos Especiais na área de Cultura. No eixo 4  
283 "Desenvolvimento, trabalho e renda", Ação no PPA "Apoio a iniciativas de  
284 promoção da igualdade racial" (Responsável: SEPPIR), estavam previstas as  
285 seguintes atividades e Projetos Especiais: coordenar a execução e ampliação  
286 do Programa Trabalho Doméstico Cidadão; estimular programas de ações  
287 afirmativas pela diversidade e eqüidade racial e de gênero; fortalecer a Rede  
288 de Economia Solidária com ênfase em mulheres negras, comunidades de  
289 terreiros e quilombolas; e apoiar e articular iniciativas de geração de emprego e  
290 renda em comunidades ciganas, de terreiros e povos indígenas. No Eixo 5  
291 "Habitabilidade, infra-estrutura e acesso à terra", ação no PPA "Apoio a  
292 iniciativas de promoção da igualdade racial (Responsável: SEPPIR), estavam  
293 previstas as seguintes atividades e Projetos Especiais: atuar junto a parceiros  
294 para inclusão digital em comunidades de terreiro, ciganas e povos indígenas;

295 articular com o Ministério das Comunicações a implantação do Ponto de  
296 Presença em comunidades de terreiro, ciganas e povos indígenas; e articular  
297 com o Ministério das Cidades ações voltadas para a melhoria das condições de  
298 vida da população negra. No eixo 6 "Democracia, cidadania e participação  
299 social", ação "Apoio a Conselhos e organismos governamentais de promoção  
300 da igualdade racial" (Responsável: SEPPIR ), estava prevista a seguinte  
301 atividade: atuar junto a parceiros visando a promoção dos direitos das crianças,  
302 adolescentes e jovens . Ainda no Eixo 6 "Democracia, cidadania e participação  
303 social", ação no PPA: "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial"  
304 (Responsável: SEPPIR), previam-se as seguintes atividades e Projetos  
305 Especiais: apoiar o fortalecimento e ampliação de ações emergenciais e ações  
306 estruturantes com recorte étnico-racial; apoiar as Conferências Nacionais  
307 estratégicas para a SEPPIR garantindo o recorte étnico-racial; participar dos  
308 Conselhos, Comissões, Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho  
309 Interministeriais; apoiar o Programa "Brasil Jovem"; e fortalecer o Fórum  
310 Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial. Na ação no PPA  
311 "Capacitação de agentes públicos em temas transversais" (Responsável:  
312 SEPPIR), do eixo 6, previa-se a seguinte atividade: fomentar a ampliação da  
313 capacitação de gestores e servidores públicos para o desenvolvimento das  
314 políticas de promoção da igualdade racial e eqüidade de gênero em todos os  
315 níveis da administração pública. No eixo 7 "Segurança pública e mediação de  
316 conflitos", na ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade  
317 racial" (Responsável: SEPPIR), constava a atividade: articular medidas de  
318 segurança pública com ênfase na população negra, visando a redução dos  
319 índices de mortalidade por causas violentas. No eixo 8 "Informação, pesquisas  
320 e diagnósticos", na ação no PPA "Apoio a iniciativas de promoção da igualdade  
321 racial - Responsável: SEPPIR", estavam contempladas as seguintes atividades  
322 e Projetos Especiais: criar núcleo de trabalho na SEPPIR para estudos,  
323 monitoramento e avaliação das políticas de igualdade racial; e fomentar a  
324 elaboração dos planos estaduais de políticas para a igualdade racial. No eixo 9  
325 "Relações internacionais", ação no PPA "Apoio a Iniciativas de Igualdade  
326 Racial", estavam contempladas as seguintes atividades e Projetos Especiais:  
327 participar, organizar, ou sediar Conferências e eventos; participar de Relatorias;  
328 e desenvolver Cooperação Multilateral e Interinstitucional. No eixo 9 "Relações  
329 Internacionais", ação no PPA "Apoio a Iniciativas de Igualdade Racial",  
330 constava a seguinte atividade: Ações Afirmativas. Em relação ao Programa  
331 Brasil Quilombola, detalhou também as atividades e projetos especiais. No eixo  
332 1 "Saúde, qualidade de vida e segurança alimentar e nutricional", ação no PPA  
333 "Atenção à saúde da população quilombola" (responsável: Ministério da  
334 Saúde), estavam previstas as seguintes atividades e Projetos Especiais:  
335 promoção da saúde em comunidades quilombolas; e promoção do  
336 desenvolvimento social nas comunidades quilombolas. No eixo 2 "Educação",  
337 ação no PPA "Apoio à distribuição de material didático e paradidático de Ensino  
338 Fundamental às comunidades remanescentes de quilombos, à melhoria da  
339 rede física escolar das comunidades remanescentes de quilombos e à  
340 capacitação de professores do Ensino Fundamental das comunidades  
341 remanescentes de quilombos" (responsável: MEC – FNDE), previa-se a  
342 seguinte atividade: promoção de ações educacionais para comunidades  
343 quilombolas: ampliar a alfabetização em quilombos. No eixo 3 "Cultura e  
344 diversidade", ação no PPA "Fomento ao Desenvolvimento Local para

345 Comunidades Quilombolas", estavam previstas as seguintes atividades e  
346 Projetos Especiais: Projeto QuilomboAxé e desenvolver atividades de  
347 promoção cultural. No eixo 4 "Desenvolvimento, Trabalho e Renda", ação no  
348 PPA 01 "Fomento ao desenvolvimento local para as comunidades  
349 remanescentes de quilombos - Responsável: SEPPIR" e Ação no PPA 02  
350 "Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes de  
351 quilombos" (Responsável: MDA), previa-se a seguinte ação: implementar  
352 projetos de desenvolvimento e inclusão produtiva para as comunidades  
353 quilombolas. Ainda no Eixo 4, na Ação no PPA 01 "Fomento ao  
354 desenvolvimento local para as comunidades remanescentes de quilombos"  
355 (Responsável: SEPPIR) .No eixo 5 "Habitabilidade, infra-estrutura e acesso à  
356 terra", Ações no PPA "Pagamento de indenização aos ocupantes de terras  
357 tituladas das comunidades remanescentes de quilombos e reconhecimento,  
358 demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos"  
359 (Responsável: INCRA), estavam previstas as atividades: acompanhar os  
360 processos de regularização fundiária instaurados junto ao Instituto Nacional de  
361 Reforma Agrária – INCRA e estimular as ações de certificação das  
362 comunidades quilombolas. Ainda no Eixo 5, Ação no PPA "Apoio a projetos de  
363 construção ou melhoria da infra-estrutura de acesso às comunidades  
364 remanescentes de quilombos" (Responsável: SEPPIR), estavam previstas as  
365 seguintes atividades: atuar junto aos órgãos competentes para a construção de  
366 vias de acesso às comunidades quilombolas; atuar junto aos órgãos  
367 competentes para a promoção de políticas de habitação em comunidades  
368 quilombolas; e atuar junto ao Ministério das Cidades e FUNASA para implantar  
369 o saneamento ambiental em comunidades tradicionais. No Eixo 6 "Democracia,  
370 cidadania e participação social", Ações no PPA "Fomento ao desenvolvimento  
371 local para as comunidades remanescentes de quilombos" (Responsável:  
372 SEPPIR) e "Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades  
373 remanescentes de quilombos" (Responsável: MDA), previam-se as seguintes  
374 atividades e Projetos Especiais: atuar junto a parceiros visando a promoção  
375 dos direitos humanos nas comunidades quilombolas; articular a promoção dos  
376 direitos das crianças, adolescentes e jovens das comunidades quilombolas;  
377 promover junto aos órgãos competentes políticas de democratização da  
378 comunicação utilizando rádios comunitárias em comunidades quilombolas;  
379 atuar junto a parceiros para inclusão digital em comunidades quilombolas; e  
380 articular com o Ministério das Comunicações a implantação do Ponto de  
381 Presença em comunidades quilombolas. Ainda em relação ao Eixo 6, nas  
382 Ações no PPA "Capacitação de agentes representativos das comunidades  
383 remanescentes de quilombos" (Responsável: SEPPIR) e "Apoio à construção e  
384 implantação de Centros de Referência Quilombola nas comunidades  
385 remanescentes de quilombos" (Responsável: SEPPIR), estavam previstas,  
386 respectivamente, as seguintes atividades e Projetos Especiais: apoiar  
387 iniciativas de fortalecimento institucional das organizações sociais e apoiar as  
388 Coordenações Estaduais Quilombolas; e fomentar a criação e implementação  
389 de Centros de Referência Quilombola . No item 7 "Segurança Pública e  
390 Mediação de Conflitos", estava prevista a atividade: articular medidas de  
391 segurança pública com ênfase na população quilombola. No eixo 8  
392 "Informação, Pesquisas e Diagnósticos", Ação no PPA "Apoio à elaboração de  
393 diagnósticos setoriais sobre as comunidades remanescentes de quilombos"  
394 (Responsável: SEPPIR), previa-se: produzir e divulgar mapa da presença

395 negra em território nacional, com as principais comunidades remanescentes de  
396 quilombos; apoiar a realização de levantamentos georeferenciados das  
397 comunidades quilombolas. Por fim, apresentou os projetos especiais que  
398 estavam distribuídos entre dois programas: Programa de Ações Afirmativas e  
399 Programa Brasil Quilombola - PBQ. No caso do Programa de Ações  
400 Afirmativas, destacou que estavam contemplados os seguintes projetos  
401 especiais: Ação no PPA “Apoio a iniciativas de promoção da igualdade racial  
402 em âmbito internacional” (Responsável: SEPPIR): Projetos Especiais; Diálogo  
403 social; Captação de recursos; e Projetos Especiais - Assessoria Parlamentar;  
404 Processo legislativo; Ciclo orçamentário; Articulação com o Poder Legislativo;  
405 Articulação com o Poder Executivo e diálogo como o Poder Judiciário; e  
406 Articulação com FIPIR/CNPIR. Ainda nessa ação, destacou o Projeto Especial  
407 relativo à Ouvidoria, com as seguintes atividades: acompanhar casos  
408 emblemáticos de racismo; capacitação e qualificação; criação de sistema  
409 gerencial e de banco de dados; atividade conjuntural; e fomento, articulação e  
410 mobilização. Concluída a apresentação, a Ministra **Matilde Ribeiro** fez  
411 algumas considerações sobre o tema. Ressaltou que a intenção era lançar  
412 publicação conjunta (Planejamento 2008-2011 e Plano Nacional de Promoção  
413 da Igualdade Racial - PLANAPIR) no lançamento, previsto para a primeira  
414 semana de novembro de 2007, da II Conferência Nacional de Promoção da  
415 Igualdade Racial. Disse que a proposta era realizar a II CONAPIR na última  
416 semana de maio de 2008, mas a confirmação da data dependeria da  
417 continuidade dos diálogos com a organização do Congresso Nacional de  
418 Negros e Negras. Comentou que o relatório de gestão da SEPPIR (2003-2006),  
419 encaminhado aos Conselheiros, consistia em um documento descritivo que  
420 relatava a construção da Política de Igualdade Racial e apresentava  
421 informações adquiridas com os Ministérios que se trabalhou. Contudo, diante  
422 da dificuldade de aquisição de informações, seria necessário aprimorar o  
423 sistema de coleta de dados. Também comentou sobre a lógica mais geral do  
424 Governo em 2007. Ressaltou que, além do Plano Plurianual, o governo optou  
425 por trabalhar com os chamados “pacotes”, que consistem em planos que  
426 congregavam vários Ministérios em torno de agendas transversais. Lembrou  
427 que foram lançados: Plano de Infra-Estrutura; Plano de Desenvolvimento  
428 Educacional; Plano de Saneamento e Infra-Estrutura, com a FUNASA; e  
429 Programa Nacional de Segurança Cidadã. Nesse sentido, disse que a SEPPIR  
430 apresentaria, na data prevista de 9 de outubro de 2007, a Agenda Social  
431 Quilombola, que consistia em uma reafirmação do Programa Brasil Quilombola.  
432 Explicou que a Agenda, em fase final de elaboração, agregava vários  
433 Ministérios em uma ação conjunta e definia metas e orçamento. Explicou que  
434 até o momento a agenda previa R\$ 1 bilhão para os próximos quatro anos de  
435 gestão. Enfatizou também que as demais questões, que dizem respeito à  
436 política pública, estavam contidas nas demais agendas. No que se refere à  
437 agenda, falou da intenção de destacar os 120 anos da abolição da escravidão,  
438 pois essa não foi inclusiva do ponto de vista social e econômico. Por essa  
439 razão, cabia aos Governos e à Sociedade Civil avançar no diálogo com as  
440 estruturas governamentais e com o Estado brasileiro visando o incremento  
441 desta agenda. Por fim, na agenda internacional, reafirmou três destaques. O  
442 primeiro deles relativo à aproximação com o continente africano, considerada  
443 uma estratégia positiva, por parte do governo brasileiro. Disse que, em outubro,  
444 o Presidente Lula reiniciaria o seu programa de visitas ao continente africano,

445 com ida a cinco países. No que se refere à SEPPIR, disse que estava em  
446 debate, junto com o Governo do Senegal e com o Ministério da Cultura, a  
447 participação no III Festival Internacional de Artes Negras – FESMAN, em  
448 Dacar, em fevereiro de 2009. Ressaltou que o festival foi considerado pelos  
449 africanos como um desdobramento da Conferência de Intelectuais Africanos e  
450 da Diáspora, que aconteceu no Brasil, em 2006. Lembrou que o Conselheiro  
451 Kabengele Munanga representou o CNPIR no evento, em Dacar. Também  
452 recordou que, em 2006, foi realizada a Conferência das Américas, extra-oficial,  
453 pois não foi convocada pela ONU. Informou que a Organização faria a  
454 convocação da Conferência oficial para 2008, com possibilidade de ser  
455 realizada no Brasil. Disse que essas Conferências Internacionais, chamadas  
456 pela ONU, dinamizavam a agenda social e política do governo e da sociedade  
457 civil. Antes de abrir a palavra para considerações dos Conselheiros, a  
458 Secretaria-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, registrou as presenças do  
459 Coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato  
460 dos Jornalistas do Distrito Federal, Sionei Leão e da Coordenadora da  
461 Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas do  
462 Estado de São Paulo, Rosane Borges. Informou que os jornalistas,  
463 paralelamente à reunião do CNPIR, estavam realizando primeira reunião  
464 visando a construção de um encontro nacional. Também justificou as  
465 ausências dos Conselheiros: **Cleuza Maria Oliveira; Elaine Soares; Anita**  
466 **Schuartz; Ubiraci Matildes; Elayyan Aladdin; Sérgio Niskier; Cláudio**  
467 **Iovanovitchi; Elizabete Ferreira Lopes Moraes; e Everaldo Conceição**  
468 **Duarte**. Feitos esses registros, abriu a palavra para considerações do Pleno.  
469 Conselheiro **João Bosco** cumprimentou a SEPPIR pelo planejamento, por  
470 entender que estava em consonância com a agenda de governo. Contudo,  
471 avaliou que seria necessário incluir a questão do empreendedorismo na área  
472 de desenvolvimento. Também destacou como avanço o fato de o  
473 PAC/FUNASA, lançado na semana anterior, ter destinado R\$ 170 milhões para  
474 saneamento básico em comunidades de quilombo. Também falou da  
475 necessidade de adaptar a agenda de debate do CNPIR às discussões do  
476 governo, a exemplo do debate internacional do Governo Lula com os países  
477 africanos em relação ao biocombustível. Por fim, despediu-se do Conselho  
478 porque a ANCEABRA indicaria nova representação para o CNPIR. Conselheiro  
479 **Flávio Jorge** parabenizou a SEPPIR pelo planejamento, por entender que  
480 representava um avanço. Também salientou a necessidade de divulgar o  
481 aumento dos recursos para a Secretaria e para programas coordenados por  
482 ela, haja vista os constantes ataques da mídia no sentido de desconstruir os  
483 avanços no Governo Lula acerca da promoção da igualdade racial. Também  
484 aproveitou a oportunidade para despedir-se do Conselho e salientou a  
485 necessidade de valorização maior do CNPIR, por parte dos Conselheiros.  
486 Conselheiro **Jurandy Azevedo** também somou-se aos elogios em relação ao  
487 planejamento. Conselheiro **Edson Luiz França** registrou o avanço em relação  
488 ao planejamento da SEPPIR e destacou a necessidade de definição de sistema  
489 de acompanhamento das atividades e programas. Registrhou a sua satisfação  
490 com a manutenção dos quilombolas como público prioritário da SEPPIR e da  
491 inclusão da juventude no rol de prioridades. Nessa lógica, solicitou que a  
492 SEPPIR viabilizasse a participação dos Conselheiros, que pudessem, na  
493 Audiência Pública da Câmara dos Deputados, no dia seguinte, sobre a questão  
494 quilombola. No mais, falou do esforço no sentido de articular as agendas do

495 Congresso Nacional de Negros e Negras e da II CONAPIR, a fim de que os  
496 dois eventos fossem realizados em datas diferentes e um pudesse contribuir  
497 com o outro. Conselheira **Andréia Micheli** informou que o Ministério da Ciência  
498 e Tecnologia possuía ação no PPA relativa à inclusão digital para o  
499 desenvolvimento social e, portanto, solicitou assessoramento da SEPPIR para  
500 definição de apoio a projetos nessa área. Também pontuou que outros  
501 Ministérios possuíam ações e programas relacionados às comunidades  
502 tradicionais, a exemplo do Ministério da Ciência e Tecnologia que possuía ação  
503 no PPA voltada a apoio à difusão de tecnologias sociais para comunidades  
504 tradicionais. Conselheira **Cláudia Calório** perguntou como a SEPPIR faria o  
505 monitoramento de ações intersetoriais que não estavam no âmbito da  
506 Coordenação da Secretaria, a exemplo, do Programa Comunidades  
507 Tradicionais, que estava sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.  
508 Conselheiro **Oliveira Silveira** cumprimentou a Ministra e o Secretário pelo  
509 planejamento da SEPPIR, com destaque para lógica, coerência e pertinência.  
510 Propôs que esse planejamento dialogasse com o setor do folclore, por meio da  
511 Comissão Nacional de Folclore e das comissões estaduais. Também destacou  
512 a necessidade de pensar a questão lingüística, não somente em relação às  
513 comunidades quilombolas, mas também às comunidades negras de um modo  
514 geral. Sobre essa questão, lembrou a realização do I Fórum Internacional da  
515 Diversidade Lingüística, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande  
516 do Sul. Por fim, solicitou que fosse aberta a palavra às jornalistas **Valdice**  
517 **Gomes** e **Janice Ramos**, para apresentação de informes. A jornalista **Valdice**  
518 **Gomes**, da COJIRA, de Alagoas, cumprimentou a Ministra, pelo trabalho  
519 desenvolvido à frente da SEPPIR e o Secretário, pela apresentação. Além  
520 disso, solicitou que o CNPIR manifestasse apoio, por meio de moção, à  
521 realização de uma Conferência Nacional de Comunicação, precedida de etapas  
522 municipais e estaduais, a exemplo do que ocorria nas áreas da saúde e da  
523 educação. A jornalista, **Janice Ramos**, diretora do Sindicato dos Jornalistas  
524 Profissionais do Rio Grande do Sul, saudou os integrantes da mesa e  
525 manifestou o interesse do Sindicado em compor o CNPIR. Considerando a  
526 impossibilidade de atendimento ao pleito naquele momento, registrou o  
527 interesse em integrar a comissão temática de comunicação do Conselho. Não  
528 havendo novos inscritos, foi aberta a palavra à mesa para comentários. O  
529 Subsecretário de Planejamento, **Carlos Eduardo Trindade**, explicou que a  
530 direção da SEPPIR teria maior aproximação com o CNPIR e o FIPPIR, pois  
531 esses dois espaços eram estratégicos e imprescindíveis para implementação  
532 da política prevista no planejamento. A propósito, destacou que seriam  
533 realizadas capacitações sobre gestão pública e várias outras áreas, tanto para  
534 o FIPPIR, quanto para o CNPIR. Salientou que o planejamento previa  
535 momentos que possibilitariam ao Conselho e ao Fórum acompanhar a  
536 implementação da política. Informou também que agendaria reunião com MCT  
537 para discutir ações na área da promoção da igualdade racial. Salientou que o  
538 monitoramento de ações intersetoriais poderia ocorrer em duas vias, através da  
539 Coordenação do PBQ e da SubPlan. Também destacou que as questões  
540 relativas à comunicação poderiam ser discutidas com a direção da SEPPIR. A  
541 Ministra **Matilde Ribeiro** também comentou as questões colocadas pelos  
542 Conselheiros. Em relação ao planejamento, destacou que serviria como eixo  
543 norteador das atividades da Secretaria, contudo, estava sujeito a revisões.  
544 Nesse sentido, concordou com a necessidade de definir um formato de

545 monitoramento das ações previstas e salientou que os planejamentos da  
546 SEPPIR e do CNPIR deveriam estar em consonância. Considerando a  
547 renovação do Conselho, avaliou que na próxima reunião seria necessário  
548 retomar o informe acerca do planejamento do Conselho e da Secretaria e,  
549 nesse âmbito, retomar a formatação das Comissões de Trabalho e das  
550 Câmaras Temáticas, a fim de iniciar os trabalhos com a dinâmica estabelecida.  
551 Para isso, avaliou que a próxima reunião do CNPIR deveria ter dois dias de  
552 duração. Também destacou a intenção de lançar boletim informativo de 2007,  
553 para atualização dos trabalhos. Avaliou ainda que seria necessário definir  
554 forma de articulação com os jornalistas, por meio de uma Comissão ou Câmara  
555 Técnica. Também falou da criação do Ciclo de Debates como espaços de  
556 reflexão das entidades sobre as políticas de promoção da igualdade racial e  
557 destacou que o resultado das discussões seria registrado para divulgação dos  
558 alcances políticos e sociais que podiam ter as políticas de ações afirmativas.  
559 Ressaltou que a cada semestre o Ciclo teria um tema em evidência, sendo que  
560 o próximo seria a Política para Quilombos. Por fim, agradeceu a presença de  
561 todos e informou que retornaria posteriormente. Antes de encerrar os trabalhos  
562 da manhã, a Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, agradeceu a  
563 presença da Ministra e do Secretário e justificou a ausência da Conselheira  
564 **Leila Calaça** e do Conselheiro **Celso Lourenço**. Também agradeceu à  
565 Conselheira **Leila**, representante da Fundação Cultural Palmares, pelos  
566 exemplares do livro "**Mulher Negra na Bahia, no Século XIX**", distribuídos aos  
567 Conselheiros. Ademais, sugeriu a indicação de um representante do CNPIR  
568 para participar das duas atividades: Audiência Pública do Ministério Público  
569 Federal com órgãos ligados às questões Quilombolas e Indígenas, no auditório  
570 Nereu Ramos na Câmara dos Deputados, dia 24 de setembro, às 14h; e Ato  
571 Em Defesa Dos Direitos Quilombolas, promovido pela Frente de Promoção da  
572 Igualdade Racial e pela Frente Quilombola, apoiado pela Coordenação  
573 Nacional de Quilombos - CONAQ, dia 25 de setembro, no Plenário II da  
574 Câmara dos Deputados, às 9h da manhã. O Conselheiro **Edson Luiz França**  
575 foi indicado para representar o CNPIR nas duas atividades. Definido esse  
576 ponto, encerrou os trabalhos da manhã. Retomando, passou a palavra ao  
577 Secretário de Ações Afirmativas, **Alexandro Reis**, que assumiu a  
578 coordenação dos trabalhos e, de imediato, passou ao item 4 da pauta. **ITEM 4**

579 – **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE** – Para tratar  
580 desse ponto, o Subsecretário **Alexandro Reis** convidou o Diretor do  
581 Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional/SECAD/MEC,  
582 **Francisco Potiguara Cavalcante Jr.** Nas considerações iniciais, o  
583 Subsecretário falou da importância do Plano de Desenvolvimento da Educação  
584 para a promoção da igualdade racial e salientou que a educação era um dos  
585 temas prioritários do planejamento da SEPPIR para 2007/2008. Também  
586 salientou que a Secretaria de Educação Continuada e Diversidade - SECAD  
587 era uma grande parceira da SEPPIR, foi iniciado diálogo com o Secretário  
588 **André Lázaro**, no sentido de promover discussão entre a SEPPIR, Ministério  
589 da Educação e o Ministério da Cultura, sobre a efetiva aplicação da Lei nº.  
590 10.639/03. O Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Articulação  
591 Institucional/SECAD/MEC, **Francisco Potiguara Cavalcante Jr.**, agradeceu a  
592 oportunidade e registrou os cumprimentos do Professor **André Lázaro** ao  
593 CNPIR. Primeiro, fez uma explanação sobre a SECAD, criada em 2004, com a  
594 responsabilidade de trazer de forma qualificada a discussão sobre a dívida

595       educacional do País com milhões de brasileiros e brasileiras. Explicou que a  
596       Secretaria passava por um processo de redefinição e, atualmente, trabalhava  
597       com quatro departamentos, um deles o Departamento da Cidadania e dos  
598       Direitos Humanos, o qual dirigia, com três agendas importantes: agenda da  
599       educação integrada; agenda da educação ambiental; e a agenda da educação  
600       para os direitos humanos. Ressaltou que o segundo departamento era o de  
601       Educação de Jovens e Adultos, que possui duas agendas prioritárias:  
602       alfabetização e educação de jovens e adultos. Já o terceiro departamento era o  
603       da Diversidade e da Inclusão Educacional, que possuía quatro agendas  
604       importantes: educação quilombola; relação do currículo com a tradição afro-  
605       descendente; educação indígena; e educação cigana. Salientou que o quarto  
606       departamento era o de Monitoramento e Avaliação das Ações Produzidas,  
607       responsável pelo acompanhamento da freqüência do Programa Bolsa Família e  
608       desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento e avaliação das  
609       políticas de inclusão educacional desenvolvidas pela SECAD. Feita essa  
610       introdução, passou a falar do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE,  
611       lançado em abril, por meio de Decreto Presidencial, tendo por base o chamado  
612       "compromisso de todos pela educação". Ressaltou que o PDE possuía quatro  
613       agendas estratégicas, sendo: alfabetização de jovens e adultos; educação  
614       básica; educação profissional e tecnológica; e ensino superior. Destacou que o  
615       Plano trabalhava com princípios básicos, o primeiro deles, uma visão sistêmica  
616       entendendo a necessidade de investir em todos os ciclos da educação, visando  
617       alcançar a qualidade da educação brasileira em todas as modalidades e em  
618       todos os níveis de ensino. Ressaltou que o objetivo central do PDE era garantir  
619       uma escola republicana e democrática para milhões e milhões de brasileiros e  
620       brasileiras. Desse modo, as metas do Plano eram garantia do acesso (vaga  
621       nas escolas para todos - de 0 aos 17 anos - no prazo de quinze anos) e  
622       qualidade da educação. Explicou que o MEC possuía dois mecanismos de  
623       transferência de recursos para municípios e estados, as chamadas  
624       transferências diretas e as voluntárias. Salientou que, após análises, verificou-  
625       se que a maioria dos Municípios mais necessitados do Brasil, no que se refere  
626       à educação, não encaminhava projeto de financiamento de políticas  
627       educacionais, porque não possuíam capacidade técnica para apresentar esses  
628       projetos ao MEC. Além disso, o Ministério percebeu que os Municípios e os  
629       Estados que mais recebiam recursos eram os mais desenvolvidos, no que se  
630       refere a recursos humanos e recursos financeiros e que o capital político  
631       contava muito na liberação desses recursos. Portanto, a lógica de  
632       financiamento do Ministério não induzia à qualidade. Diante desse quadro, o  
633       MEC desenvolveu um indicador da educação básica, por meio do Prova Brasil,  
634       do Sistema de Avaliação da Educação Básica e dos dados relacionados ao  
635       censo escolar. Ressaltou que, utilizando esse indicador, era possível mensurar  
636       a qualidade da educação básica e verificar o fluxo escolar. Em que pese o  
637       compromisso do Plano em melhorar a qualidade, salientou que a educação  
638       brasileira possuía bons exemplos, com excelentes escolas públicas. Explicou  
639       que o Plano foi elaborado a partir dos resultados das pesquisas feitas em trinta  
640       escolas de todo território nacional e possuía 28 diretrizes para a qualidade da  
641       educação relacionadas, por exemplo, à gestão democrática e participativa e ao  
642       controle social. Ressaltou ainda que o Plano Nacional de Educação, que  
643       possuía metas físicas, continuava em vigor, uma vez que o PDE era o plano  
644       voltado à qualidade. Salientou que, para alcançar os objetivos do PDE, foi

645 estabelecida como meta alcançar a média 6 no PISA (exame internacional de  
646 educação), nos próximos 15 anos. Desse modo, o MEC apoiaria os Municípios  
647 e os Estados, com os recursos das transferências voluntárias, que assinassem  
648 termo de compromisso com as 28 diretrizes do PDE. Destacou ainda que o  
649 MEC criou *ranking* para identificar problema e não para punir escolas. Desse  
650 modo, em 2007, o Ministério priorizaria 1.242 municípios de pior INDEB com  
651 envio de equipe técnica para elaborar o plano de ação articulada. Ressaltou  
652 que o PDE possuía quatro eixos importantes: investimento na gestão; formação  
653 dos professores e demais profissionais da educação; relação  
654 escola/comunidade; e infra-estrutura e materiais didáticos. Finalizando,  
655 destacou a meta do MEC de criar um ambiente na sociedade brasileira pela  
656 qualidade da educação básica, que era o objetivo maior do Plano de  
657 Desenvolvimento da Educação. Concluída a apresentação, o Subsecretário  
658 **Alexandro Reis** fez breves considerações sobre o tema. Explicou que a  
659 Subsecretaria de Ações Afirmativas da SEPPIR estava dedicando-se à  
660 discussão, além das questões do PDE, do Plano de Reestruturação e  
661 Expansão da Universidade (REUNI), entendendo que possibilitava a ampliação  
662 do acesso à universidade e a garantia da permanência. Disse que seria  
663 importante debater essa e outras questões, uma vez que não havia marco legal  
664 para garantir investimento do Governo Federal para este contingente. Feitas  
665 essas considerações, abriu a palavra para intervenções do Pleno. Conselheiro  
666 **Rodrigo Cardoso** solicitou que o MEC tratasse com maior ênfase a educação  
667 dos povos ciganos, tendo em vista o alto índice de analfabetismo desses  
668 povos. Conselheiro **Kabengele Munanga** solicitou informações sobre a  
669 implementação da Lei nº. 10.639/03. Conselheiro **Ronald Barbosa**  
670 cumprimentou o Diretor **Francisco Potiguara** pela exposição e avaliou que o  
671 Conselho deveria discutir o Plano de Desenvolvimento Educacional, no sentido  
672 de orientar a SEPPIR para um trabalho político na área de educação. Também  
673 sugeriu interação entre o MEC e o FIPPIR, a fim de que os governos estaduais  
674 e municipais pudessem adquirir recursos do PDE para desenvolver projetos na  
675 área de educação. Por fim, perguntou quantos alunos ainda estavam fora da  
676 escola e qual a meta do PDE em relação a esses estudantes, no sentido de  
677 trazê-los para dentro da escola. Conselheira **Jacinta Maria Santos** perguntou  
678 como se daria a educação voltada aos povos quilombolas e se havia medidas  
679 para capacitação dos professores que iriam trabalhar com essas populações.  
680 Concluídas as intervenções, foi aberta ao Diretor do Departamento de  
681 Desenvolvimento e Articulação Institucional/SECAD/MEC, **Francisco**  
682 **Potiguara**, para respostas. Iniciou explicando que a SECAD, por meio do  
683 Departamento de Inclusão e Diversidade, incorporaria a agenda da educação  
684 cigana e seria feita articulação com a SEPPIR e com as entidades  
685 representantes da área, no sentido de criar condições de formação, de acordo  
686 com as características do povo cigano. Sobre a Lei nº. 10.639/03, destacou  
687 que a publicação impôs o desafio de encontrar forma para tratar  
688 conhecimentos importantes sem reforçar pré-conceitos e produzir a lógica de  
689 exclusão. Assim, a SECAD estava desenvolvendo mecanismos de indução à  
690 Lei, a exemplo do Projeto Africanidade, promovido pela UNB. Ressaltou ainda  
691 que em 2007 e 2008, o MEC induziria a formação de uma rede de formação  
692 nas universidades públicas estaduais e federais para a aplicação da Lei nº.  
693 10.639/03. Disse que a meta do Ministério era que os dois milhões de  
694 professores da educação básica tivessem acesso a módulos ou cursos de

695 formação continuada com o conteúdo da Lei. Em relação ao FIPPIR, disse que  
696 poderia ser feita apresentação do PDE aos integrantes do Fórum. Sobre a  
697 educação quilombola, destacou que merecia tratamento diferenciado, haja vista  
698 as especificidades da população de quilombo. Destacou, por exemplo, que  
699 apenas 53 municípios, onde se localizavam as comunidades quilombolas,  
700 tinham como comprovar a titularidade das terras, portanto, somente esses  
701 poderiam receber recurso para construção ou reforma de escolas. Finalizando,  
702 o Subsecretário **Alexandro Reis** agradeceu a presença do diretor **Francisco**  
703 **Potiguara** e anunciou a presença do Secretário-Adjunto **Martvs das Chagas**.  
704 A Ministra **Matilde Ribeiro** informou que foi elaborada nota técnica, a partir do  
705 debate ocorrido na reunião do CNPIR de fevereiro de 2007, que contou com a  
706 presença do Ministro da Educação **Fernando Haddad**. Destacou que essa  
707 nota seria encaminhada ao MEC e distribuída aos Conselheiros para  
708 conhecimento, monitoramento e intercâmbio entre governo e sociedade civil.  
709 Ressaltou que o envio da nota ao Ministério não significava o encerramento do  
710 diálogo entre a SEPPIR e o MEC, mas sim, a conclusão de um ciclo.  
711 Agradeceu a presença do Diretor **Francisco Potiguara** e da representante do  
712 MEC, **Maria Auxiliadora Lopes** no encerramento das atividades desta gestão  
713 do CNPIR. Feito esse registro, procedeu ao encerramento, considerando os  
714 rituais africanos, com entrega simbólica de certificados aos representantes da  
715 Sociedade Civil mais velhos do Conselho: **Eduardo Ferreira de Oliveira** e  
716 **Kabengele Munanga**. Os demais Conselheiros receberiam o certificado até o  
717 final do dia e os ausentes receberiam via correio. Finalizou destacando que o  
718 primeiro mandato do CNPIR foi um período muito intenso de construção e,  
719 nessa linha, destacou como principais produtos do trabalho a realização da I  
720 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - I CONAPIR e a  
721 elaboração do PLANAPIR. Para a próxima gestão, destacou que o  
722 compromisso era preparar a II Conferência Nacional de Promoção da  
723 Igualdade Racial – II CONAPIR, considerando o Plano Nacional de Promoção  
724 da Igualdade Racial - PLANAPIR. Por fim, agradeceu os integrantes do  
725 Conselho pela contribuição. A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**,  
726 também agradeceu aos integrantes do Conselho a oportunidade de  
727 compartilhar esse momento ímpar de aprendizado no processo de construção  
728 da Política de Promoção da Igualdade Racial, vivenciado enquanto Secretária-  
729 Executiva do CNPIR, nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Em  
730 seguida, houve a apresentação do Coral do Ministério do Desenvolvimento  
731 Social e Combate à Fome - MDS, sob a regência do Senhor **Francisco**  
732 **Nascimento**.